

Evasão Escolar no Ensino Médio: uma pauta política

Neide Maria Montes e Souza

Universidade Del Sol – PY

Resumo: O presente artigo realiza uma análise detalhada da literatura com o objetivo de investigar as políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar no Brasil. Este estudo apresenta dados relevantes sobre os índices, causas e consequências desse fenômeno, além de examinar as medidas implementadas pelo governo para enfrentar o desafio da evasão. Os resultados indicam que o abandono escolar se configura como um problema complexo, influenciado por diversos fatores que levam os estudantes a abandonarem a escola. Contudo, foi constatado que a questão do fracasso escolar pode ser abordada, uma vez que já existem iniciativas em andamento através das políticas públicas. Conclui-se que, para fomentar uma educação de qualidade no Brasil, é basilar valorizar a educação, capacitar adequadamente os profissionais da área, oferecer melhores oportunidades e implementar políticas públicas mais democráticas.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Ensino Médio. Evasão Escolar.



Recebido em: Setembro 2024; Aceito em: Fev. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.571

Aproximações e Convergências: pautas científicas multitemáticas

Abril, 2025, v. 3, n. 25

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



High School Dropout: A Political Agenda

Abstract:

This article provides a comprehensive analysis of the literature aimed at investigating public policies designed to reduce high school dropout rates in Brazil. It presents relevant data on the rates, causes, and consequences of this phenomenon, as well as examines the measures implemented by the government to tackle the challenge of dropout. The findings indicate that school abandonment is a complex issue influenced by various factors that drive students to leave school. However, it has been observed that the issue of academic failure can be addressed, as initiatives are already underway through public policies. The conclusion emphasizes that in order to promote quality education in Brazil, it is essential to value education, properly train professionals in the field, offer better opportunities, and implement more democratic public policies.

Keywords: Education. Public Policies. High School. School Dropout.

Evasión Escolar en la Educación Secundaria: un asunto político

Resumen:

El presente artículo realiza un análisis detallado de la literatura con el objetivo de investigar las políticas públicas dirigidas a la reducción de la evasión escolar en Brasil. Este estudio presenta datos relevantes sobre los índices, causas y consecuencias de este fenómeno, además de examinar las medidas implementadas por el gobierno para enfrentar el desafío de la evasión. Los resultados indican que el abandono escolar se configura como un problema complejo, influenciado por diversos factores que llevan a los estudiantes a dejar la escuela. Sin embargo, se ha constatado que la cuestión del fracaso escolar puede ser abordada, dado que ya existen iniciativas en marcha a través de políticas públicas. Se concluye que, para fomentar una educación de calidad en Brasil, es fundamental valorar la educación, capacitar adecuadamente a los profesionales del área, ofrecer mejores oportunidades e implementar políticas públicas más democráticas.

Palabras clave: Educación. Políticas Públicas. Educación Secundaria. Evasión Escolar.

INTRODUÇÃO

No Brasil, uma parcela considerável de estudantes permanece fora da escola, apesar da obrigatoriedade da frequência escolar. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, parágrafo 1º, inciso VII, garante que "o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito subjetivo" (Brasil, 1988).

Como destacam Silva e Ferreira (2014), a escola, subsequente à família, figura como um espaço efetivo para a inserção social de crianças e adolescentes. Essa instituição desempenha promove a interação entre grupos diversos e o desenvolvimento de habilidades perceptivas, morais e intelectuais. Dessa maneira, os jovens têm a oportunidade de se relacionar com indivíduos de múltiplas raças, etnias, religiões e culturas, expandindo suas vivências além do núcleo familiar.

Assim sendo, a escola assume uma função estruturante na formação de cidadãos, contribuindo para a construção dos direitos e deveres e visando o bem-estar social de seus alunos. Contudo, para que tal objetivo se efetive e para a edificação de uma sociedade mais democrática, uma educação de qualidade por si só é insuficiente; é indispensável que o aprendizado ultrapasse os limites da escola, resultando em melhores desempenhos acadêmicos e na redução da evasão escolar. O conhecimento adquirido deve repercutir na convivência social dos alunos (Silva; Ferreira, 2014). Além da escola, existe um mundo com princípios e valores que se ajustam às necessidades pessoais.

Como observa Ceratti (2008), as instituições de ensino estão cientes da evasão escolar, especialmente ao perceberem a desmotivação ou as dificuldades de aprendizado entre os alunos. É crucial entender as causas dessa problemática, que envolve fatores complexos, e políticas públicas efetivas são fundamentais para assegurar a frequência e a aprovação dos jovens nas instituições educacionais.

Batista, Souza e Oliveira (2010) enfatizam que a evasão escolar é um tema debatido há anos por especialistas, configurando um fenômeno em ascensão. Os motivos são múltiplos, destacando-se fatores internos, como o desenvolvimento psicológico, e, principalmente, as condições socioeconômicas, nas quais os estudantes se veem compelidos a trabalhar para sustentar suas

famílias, resultando no abandono dos estudos. Os autores ainda indicam que muitas escolas não proporcionam espaços para que alunos e professores debatam e elaborem soluções criativas para os desafios da vida, o que gera desinteresse escolar. A educação é um direito que deve ser garantido a todos, e a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo a ela, sublinhando-a como um direito universal e um dever do Estado e das famílias (Brasil, 1998).

De modo semelhante à CF/1988, outros documentos reconhecem a educação como elemento basilar para a promoção dos direitos humanos, o que justifica a implementação de políticas públicas voltadas para a diminuição da evasão escolar. Ao analisar a evasão no Brasil, observa-se que se trata de um problema intrincado que exige estudos aprofundados e ações determinantes para transformar essa realidade. A escolha deste tema reflete a necessidade premente de discutir a garantia do direito constitucional e a permanência dos alunos na educação.

EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR

A Evasão Escolar (EE) refere-se ao ato de um aluno deixar a escola durante o ano letivo ou desistir de continuar seus estudos em decorrência de reprovação em alguma etapa (Sampaio, 2018). Este fenômeno, que abrange ações como desistir, sair ou abandonar a instituição de ensino, é classificado como evasão, indicando a escolha de se dedicar a outras atividades. Especialistas afirmam que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) considera a evasão como a saída do aluno do sistema educacional sem o pedido de transferência (Silva Filho; Araújo, 2017).

É importante estabelecer a diferença entre desistência, que ocorre durante o ano letivo, e abandono, que ocorre ao final desse período escolar, ambas culminando na evasão do aluno do sistema educacional. Esse processo resulta na interrupção do progresso acadêmico e na desvalorização da formação escolar do estudante (Sampaio, 2018).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta dados preocupantes sobre a evasão escolar entre os jovens. Embora tenha ocorrido um aumento no percentual de indivíduos que completaram o Ensino Médio,

passando de 45,0% em 2016 para 48,8% em 2019, mais da metade da população adulta não concluiu essa etapa educacional, conforme revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua 2019 (IBGE, 2020).

Pesquisas do IBGE (2020) apontam que o atraso ou abandono escolar afetava 12,5% dos jovens entre 11 e 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Entre os jovens de 18 a 24 anos, aproximadamente 75% estavam com os estudos comprometidos, sendo que 63,5% estavam fora da escola sem ter completado a educação obrigatória, e 11% apresentavam atraso nos estudos. Apesar disso, constatou-se um aumento de 2,1% na frequência dos estudantes de 15 a 17 anos em comparação a 2018, com mais de 70% dessa faixa etária frequentando a série correspondente.

Vários fatores podem levar à evasão ou desistência dos alunos, incluindo dificuldades de aprendizado, falta de apoio familiar, necessidade de inserção no mercado de trabalho, problemas de saúde, desmotivação e questões relacionadas ao transporte escolar. A EE pode ser interpretada como um reflexo do desinteresse dos alunos e das escolas, famílias e da comunidade em geral em relação à educação (Lima; Ferrari, 2014).

Além de outros problemas que impactam tanto os indivíduos quanto a sociedade, a reprovação escolar muitas vezes contribui para o aumento da evasão ou abandono. A quantidade de alunos que deixaram a escola é significativamente maior entre aqueles que já foram reprovados se comparados àqueles que não passaram por tal situação. Essa evidência pode ser um forte indicativo da permanência do estudante na escola, uma vez que a retenção é um indicador confiável da probabilidade de conclusão da formação básica (Sampaio, 2018).

Portanto, três perspectivas são essenciais para entender a EE: a do governo, a da escola e a do aluno. Dentre os variados fatores que influenciam o elevado índice de EE no ensino médio, muitos têm raízes sociais (Ferrari, 2014). O autor destaca algumas causas do atraso e abandono escolar, como a falta de infraestrutura adequada, escassez de vagas, ausência de materiais didáticos e professores, problemas de acesso e segurança, além da necessidade de inserção no mercado de trabalho. Ademais, muitos estudantes abandonam a

escola acreditando que o ensino oferecido não possui relevância para suas vidas.

Considerando os aspectos abordados, a análise de Sampaio (2018) é crucial ao afirmar que a evasão escolar se limita ao estudante e pode ser interpretada como uma forma de “expulsão” promovida pela própria instituição de ensino, que frequentemente falha em receber adequadamente o aluno, além de ser um reflexo do sistema educacional em um sentido mais amplo.

Essa realidade é especialmente evidente entre os estudantes da rede pública e das classes menos favorecidas, que são os mais atingidos pela evasão escolar (EE) e pela reprovação escolar (AE). “A luta atual contra os alarmantes índices de reprovação que resultam na expulsão de um número significativo de crianças de nossas escolas é um fenômeno que muitos educadores, por ingenuidade ou má-fé, tratam como evasão escolar” (Sampaio, 2018, p. 7).

Porém, identificar os fatores que conduzem à evasão é uma tarefa complexa, pois ocorre em conexão com outros processos que impactam o desempenho acadêmico. A evasão pode estar relacionada a elementos internos do aluno e de sua família, assim como a fatores externos, como a própria instituição educacional e o contexto social em que o aluno está inserido (DORE; LÜSCHER, 2011).

Causas tanto internas quanto externas à escola, como reprovações frequentes, uso de substâncias, falta de apoio familiar e institucional, prostituição, sobrecarga de conteúdos, necessidade de trabalhar, vandalismo, alcoolismo, ausência de valores e falta de preparação para o mercado de trabalho, influenciam diretamente os alunos, que acabam se afastando da escola. Esses obstáculos, muitas vezes considerados intransponíveis, contribuem para a formação de uma mão de obra desqualificada.

Uma pesquisa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) evidenciou que o mercado de trabalho exerce uma influência significativa nas decisões dos jovens. Eles podem optar por prosseguir seus estudos para se qualificar e serem inseridos no mercado, ou desistir e se tornarem mão de obra desqualificada com o intuito de garantir sua sobrevivência (Silva Filho; Araújo, 2017). Os autores enfatizam que essas questões, de forma geral, refletem as reais condições da população em um país marcado por extrema desigualdade

social, caracterizado por evidências alarmantes que demandam políticas públicas que assegurem melhor acesso, continuidade e qualidade na educação básica.

A evasão escolar é um fenômeno multifatorial, resultante de diversas causas. Contudo, existem várias estratégias que podem ser adotadas para prevenir ou amenizar essas situações, com o objetivo de mitigar os problemas alarmantes associados à evasão precoce. Entre os impactos mais significativos, destacou-se aqueles que afetam o desenvolvimento profissional do indivíduo. Uma formação inadequada torna a pessoa vulnerável às ocupações precárias, que geralmente acentuam sua dependência e vulnerabilidade social (Sampaio, 2018).

Indivíduos em situações de vulnerabilidade social enfrentam constantemente diferentes tipos de riscos, incluindo alcoolismo, uso de substâncias, enfermidades, fome, violência doméstica, outras formas de violência, além de questões psicológicas e criminalidade. Essas condições se tornam mais severas em contextos de pobreza e acarretam consequências extremamente graves para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, impulsionando sua inserção precoce no mercado de trabalho, como evidenciado por Bayma-Freire et al. (2016), a pobreza de muitas famílias leva ao abandono escolar e à exploração infantil. Todos os estados brasileiros apresentam índices preocupantes de evasão escolar entre as famílias de baixa renda.

A desigualdade socioeconômica é uma questão histórica no Brasil, frequentemente mencionada nas promessas de campanhas eleitorais. Portanto, é imprescindível entender que o abandono escolar vai além do âmbito educacional, refletindo problemas estruturais que perpetuam a desigualdade social. Um país com baixa escolaridade tende a perpetuar ciclos de desigualdade, comprometendo seu desenvolvimento socioeconômico (Lima; Ferrari, 2014).

Lourenço (2013) ressalta que as consequências do abandono escolar para o indivíduo são várias: um nível educacional inferior está associado a um menor engajamento social, a um aumento do risco de desemprego e a desvantagens na educação das gerações futuras. Isso gera implicações significativas em termos socioeconômicos e repercussões a longo prazo para o

progresso da sociedade e para o crescimento econômico, visto que resulta em menor participação cidadã nos processos democráticos e prejudica a inovação e o desenvolvimento que poderiam surgir de uma força de trabalho qualificada. “Atualmente, o abandono é visto como um indicativo de falta de adaptação social e de incapacidade de investir no futuro” (Lourenço, 2013, p. 7).

Para enfrentar as questões relacionadas ao abandono escolar, é capital que haja uma ação decisiva por parte dos poderes públicos, com especial atenção aos gestores escolares, que devem garantir uma educação de qualidade e um ambiente de aprendizagem positivo. Considerando que o desempenho acadêmico é um fator relevante na evasão, é necessário reconhecer que muitos alunos abandonam os estudos por não se sentirem estimulados ou desafiados (Silva Filho; Araujo, 2017).

As Políticas Públicas de Educação compreendem um conjunto de ações, metas e estratégias que os governos – em suas esferas federal, estadual ou municipal – implementam para promover o bem-estar social. Essas políticas surgem de um conflito entre diferentes grupos que buscam proteger seus interesses. Elas implicam decisões governamentais que afetam o ambiente escolar, com o objetivo de melhorar o ensino, a formação do corpo docente, a infraestrutura e a gestão das instituições (Costa, 2017).

É crucial reconhecer a diversidade de programas e projetos voltados para o aprimoramento da educação, visando corrigir falhas e atender a lacunas existentes. Embora não exista uma única política pública capaz de resolver todos os problemas da educação básica, a implementação de um conjunto de ações busca fortalecer essa área, contando com a participação de estudantes e da sociedade (Reink; Nune; Ferreira, 2016).

Segundo os autores mencionados, há uma gama de projetos que estão sendo implementados pelo governo e pelas escolas, os quais serão descritos a seguir. Esses projetos evidenciam como o país enfrenta os desafios educacionais por meio de iniciativas que adaptam a educação à realidade contemporânea, sempre com um foco claro em seus objetivos.

Conforme Costa (2017), um dos principais movimentos visando uma educação mais democrática é o "Todos pela Educação", criado em 2006. Este movimento reúne esforços de diversos representantes da sociedade brasileira,

incluindo famílias e comunidades, para assegurar o direito a uma educação de qualidade para crianças e jovens. A primeira meta desse movimento estipula que até 2022, 98% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos devem estar matriculados e frequentando a escola ou ter concluído o Ensino Médio. A quarta meta define que 95% ou mais dos jovens com 16 anos devem ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens com 19 anos, o Ensino Médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes, estratégias e metas para a Política Educacional, com duração de dez anos, de 2014 a 2024. Aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e em conformidade com o Art. Nº 214 da Constituição Brasileira, o PNE inclui 20 metas a serem alcançadas até o término do período. A terceira meta refere-se à universalização do atendimento escolar para a faixa etária de 15 a 17 anos até 2016, além da meta de matrícula líquida no Ensino Médio de 85% até a conclusão do PNE (Brasil, 2014).

Outro programa relevante é o "Escola Aberta", que visa à utilização de escolas públicas localizadas em áreas vulneráveis durante os fins de semana. Seu objetivo é fortalecer a interação entre a escola e a comunidade, oferecendo atividades educativas, esportivas e culturais, além de promover formação para o trabalho e oportunidades de geração de renda para estudantes e moradores locais (Brasil, 2021).

O projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas" (SPE) tem como finalidade contribuir para a formação integral dos alunos de escolas públicas de Educação Básica, por meio de ações de prevenção e promoção da saúde. Focado na saúde sexual e reprodutiva dos jovens, o projeto integra os setores de educação e saúde, visando reduzir a transmissão de DSTs (como o HIV) e a evasão escolar associada à gravidez precoce durante a adolescência (Brasil, 2021).

Com o objetivo de garantir uma alimentação adequada aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental nas escolas públicas de todo o Brasil, foi instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa busca assegurar que cada estudante receba, no mínimo, uma refeição diária durante os dias letivos, levando em conta o valor nutricional e as necessidades diárias dos alunos (Torres, 2010).

Por sua vez, o Programa Caminhos da Escola tem como meta assegurar qualidade e segurança no transporte dos estudantes, contribuindo para a redução da evasão escolar. A expansão do transporte escolar regular possibilita um acesso mais facilitado e uma permanência maior dos alunos da zona rural nas escolas das redes municipais e estaduais de Educação Básica (Silva et al., 2020).

Além dos programas mencionados, é imperioso destacar que o Censo Escolar desempenha um posicionamento imprescindível e estruturante no monitoramento da eficácia das políticas públicas, divulgando os resultados no Diário Oficial da União, assim como resumos técnicos e notas estatísticas relevantes. Os indicadores educacionais, derivados dos dados do Censo Escolar, têm como finalidade atribuir uma medida estatística à qualidade do ensino, assim como compreender o desempenho dos alunos em relação ao contexto social e econômico das instituições de ensino. Esses indicadores são essenciais para a formulação de políticas públicas que visem o aprimoramento da qualidade da educação e dos serviços disponibilizados à população nas escolas (Nadai, 2020).

Assim, o Censo Escolar, de forma rigorosa, é responsável pelo controle estatístico nacional dos dados e aspectos relacionados à educação, atuando na supervisão da evasão escolar. Colabora com o INEP, analisando fatores como o desempenho dos alunos, a infraestrutura das escolas e o registro de matrículas, entre outros. Através do trabalho do Censo Escolar, é possível identificar irregularidades, implementar intervenções alinhadas às necessidades das instituições de ensino e propor estratégias que busquem melhorias na área educacional (Souza, 2018).

No entanto, como já foi enfatizado, diversas ações têm sido desenvolvidas para promover a elevação da qualidade da educação. As políticas públicas educacionais delineiam uma variedade de objetivos e metas a serem cumpridos em todas as etapas de ensino, buscando soluções significativas para a educação em abrangência nacional, por meio de estratégias e da cooperação de todas as partes envolvidas.

Desafios da Evasão Escolar e Políticas Públicas na Atualidade

A evasão escolar mantém-se como uma preocupação constante nas escolas públicas do Brasil, que buscam métodos para mitigar essa questão, monitorando faltas e implementando medidas corretivas. Embora diversas teorias apresentem soluções potenciais, as ações efetivas se mostram escassas na prática (Oliveira; Ferreira, 2016).

Embora haja um avanço no acesso à educação e a maioria dos jovens complete o Ensino Médio, o aprendizado neste nível avança lentamente. Enquanto as séries iniciais registram um progresso contínuo, o Ensino Médio enfrentou uma estagnação nos últimos anos. O grande desafio reside na melhoria da qualidade educacional, pois o simples aumento dos investimentos financeiros não se revela suficiente; uma gestão mais eficiente dos recursos educacionais é crucial (Ratier; Magalhães, 2017).

No entanto, ainda carecemos de medidas claras e específicas para elevar a qualidade do ensino. Apesar das diversas estratégias de gestão, como ampliação da carga horária, incentivos a professores, formação docente aprimorada, implementação de uma base curricular comum e investimentos na primeira infância, o impacto de cada iniciativa não está claramente definido, tampouco existe um método consistente para avaliá-las. A falta de uma escala de prioridades e as divergências sobre a necessidade de um currículo comum, investimentos na primeira infância, bônus para professores ou a redução do número de alunos por sala de aula agravam a situação. Diante dessas incertezas, é urgente realizar mais estudos para identificar e priorizar as ações necessárias (Gonçalves; Resende, 2019).

Em várias regiões do Brasil, municípios com modelos educacionais exemplares obtêm resultados notáveis mesmo com investimentos limitados. É basal ressaltar que a questão centra-se na utilização responsável dos recursos, com atenção voltada à primeira infância e ao desenvolvimento dos profissionais da educação (Gotti, 2009).

Apesar do aumento nos gastos com educação, os resultados em aprendizado não parecem refletir esses investimentos. Compreender como os

recursos chegam às escolas e como estão sendo utilizados é crucial. A documentação atual dos investimentos em educação não permite uma análise clara sobre a aplicação dos recursos. O sistema de financiamento é complexo, com distribuição dos recursos pelas redes e posteriormente nas instituições escolares, o que pode resultar em desvios de destino ao longo do processo (Ratier; Monroe, 2010).

Embora exista uma avaliação razoável do desempenho escolar, a contribuição dos recursos para os resultados ainda não está clara. Portanto, é imprescindível documentar a aplicação dos recursos nas escolas brasileiras para otimizar seu uso e entender sua eficácia. Além disso, é evidente que há limites nas políticas públicas: não é viável aumentar os gastos indefinidamente, pois isso se torna insustentável e é financiado por impostos de cidadãos que desejam evitar elevações constantes na carga tributária. É primordial definir prioridades não apenas na educação, mas em todas as áreas, estabelecendo até onde os recursos podem ser ampliados e quais são as prioridades a serem seguidas (Gotti, 2009).

Um dos grandes desafios na educação brasileira é a experimentação contínua de políticas públicas, frequentemente não documentadas, o que impede a geração de aprendizados. O Estado deve implementar uma política sólida de documentação dessas experiências, com metodologias de avaliação que possam ser disseminadas como boas práticas, aprendendo a partir do que realmente funciona. Muitas políticas que têm sucesso em um determinado contexto podem apresentar resultados diferentes em outros, tornando básico entender quais políticas são fundantes e para quais públicos são direcionadas, criando um repositório onde boas práticas possam ser replicadas nas redes públicas de educação em todo o país (Gonçalves; Resende, 2019).

Nesse contexto, o desafio de impulsionar a agenda da educação básica apresenta-se em duas dimensões: primeiro, o desafio técnico de identificar as medidas necessárias para aprimorar a educação; segundo, o desafio político de assegurar que a educação básica permaneça na agenda política, especialmente a nível federal. Com a aproximação de um novo ciclo político, surge uma significativa oportunidade para que o próximo governo avance com uma agenda relevante para a educação. É imperativo que a educação básica se torne uma

das principais prioridades nas reformas que o governo federal deve implementar logo no início de seu mandato. Embora a educação isoladamente não resolva todos os problemas do Brasil, sem ela não haverá uma recuperação econômica consistente ou mudanças significativas na crise social atual. Portanto, é uma condição necessária, mas não suficiente (Semis, 2018).

Permanece a dúvida se, em cada nova janela de oportunidade que se apresenta com os ciclos políticos, a educação será realmente uma das reformas essenciais a serem promovidas. Historicamente, isso raramente ocorreu, e não há garantias de que o próximo governo utilize políticas efetivas já estabelecidas para promover uma melhoria duradoura na educação brasileira (Gotti, 2019). Assim, somente por meio das operações priorizadas pelo governo, em colaboração com diversos atores políticos, o Estado poderá atingir seus objetivos. Políticas públicas voltadas para a evasão escolar devem ser uma das principais diretrizes do governo brasileiro, vinculando o desempenho educacional a um Estado que se compromete a implementar regimes para solucionar problemas sociais, tornando-se cada vez mais imperiosos conforme amplia seu alcance social (Gonçalves; Resende, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo evidencia que a problemática da "Evasão e Abandono Escolar" constitui um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro. Trata-se de uma questão que exige soluções capitais, particularmente nas escolas públicas e em diversos níveis de ensino. As políticas educacionais atualmente implementadas demonstram-se inadequadas e insustentáveis a longo prazo, sendo imperioso que essa temática seja debatida com o objetivo de encontrar alternativas viáveis para enfrentar essa realidade.

O fenômeno da evasão escolar é complexo, envolvendo uma multiplicidade de fatores que afetam a decisão dos alunos de interromper seus estudos. Esses fatores podem ser intrínsecos ao estudante ou relacionados às suas condições de vida. Compreender as motivações que levam ao abandono escolar é primal para abordar e resolver essa questão.

Os dados coletados durante esta pesquisa evidenciam as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional no Brasil, ressaltando a necessidade de o aluno contribuir com a renda familiar. Ademais, uma variedade de fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e pedagógicos requer uma análise detalhada e a elaboração de estratégias mais fortalecidas e inovadoras. A interação entre esses elementos exerce uma influência significativa na evasão escolar.

As causas da evasão são complexas e numerosas, não excluindo umas às outras. Assim, fica evidente que essas razões se sobrepõem e não se restringem a um único aspecto. Portanto, a evasão escolar é fruto de uma combinação de diversos elementos.

Diferentes esforços já estão sendo realizados por meio de políticas públicas sociais visando transformar as instituições de ensino em ambientes acolhedores, que estimulem a criatividade, a sociabilidade, experiências enriquecedoras e recursos que contribuam para o desenvolvimento da autoestima dos alunos. Nesse contexto, o fracasso escolar pode ser revertido, deixando de ser um problema isolado para se tornar uma questão social. Assim, a escola poderá cumprir sua atribuição de acolher as crianças, oferecendo informações, formação e preparando-as para se tornarem agentes de mudança.

Em síntese, para promover melhorias na educação brasileira, é imprescindível um esforço mais robusto, que inclua a valorização da educação, melhores perspectivas de vida, capacitação adequada dos profissionais e reformas significativas nas políticas públicas. Outro aspecto de destaque é a presença ativa e atenta da família em relação à educação dos filhos, reconhecendo que a estrutura familiar exerce uma função insubstituível na permanência e dedicação dos alunos à escola. A responsabilidade pela evasão escolar não pode ser atribuída exclusivamente à instituição educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYMA-FREIRE, H. Abandono escolar no ensino fundamental: interferência do trabalho extracurricular e nível socioeconômico em crianças pobres brasileiras. **Educamazônia**, Mata do Sul, v. 17, n. 9, p. 211-230, dez. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 18,123.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da República.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto Olhar Brasil**: triagem de acuidade visual: manual de orientação. Brasília, DF, 2008.

COSTA, A. L. A. **Políticas públicas educacionais de combate à evasão escolar**: o caso do ensino médio de Mulungu-CE. 2017. 54 f. TCC (Graduação em Administração Pública) -Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab, Redenção, 2017.

FERRARI, F.A. **As causas e consequências do índice de evasão escolar no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos “EJA” Professor Antonio de Almeida Junior –Osasco SP**. 2014. 43 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) -Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

GOTTI, A. **Os desafios da educação brasileira em 2019**: linhas e cores. Nova Escola, São Paulo, jan. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **PNAD Educação 2019**: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Rio de Janeiro 2020.

LIMA, S.S.; FERRARI, P. **Evasão escolar**: buscando entender suas causas e efeitos. 2014.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; WAHRENDORFF, R. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

LOURENÇO, A.R.M. **Motivações na origem do Abandono Escolar** –Estudo de Caso com Jovens Sinalizados na CPCJ de Castelo Branco. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social Escolar) -Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2013.

LUSCHER, A. Z.; DORE, R. **Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 147-176, dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005/2014 (PNE). Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola Aberta**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2021.

NADAI, I. P. **Panorama da evasão escolar no ensino médio do estado do Espírito Santo** -o que diz o censo escolar. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) -Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2020.

OLIVEIRA, S.; FERREIRA, M. G. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: evasão escolar: as causas e os desafios enfrentados pelas escolas públicas e os reflexos na comunidade local. Evasão escolar: as causas e os desafios enfrentados pelas escolas públicas e os reflexos na comunidade local**. 2016.

RATIER, R.; MAGALHÃES, L. **O abandono que envergonha o Brasil**. Nova Escola, São Paulo, n. 308, dez. 2017.

RATIER, R.; MONROE, C. Como garantir a continuidade das políticas públicas. **Nova Escola**, São Paulo, n. 236, out. 2010.

REINK, A. R. D.; NUNE, C. M.; FERREIR, M. Um estudo sobre a implementação de programas e projetos educacionais na educação básica e efeitos na educação escolar. **Vidya**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 53-68, jun. 2016.

SAMPAIO, F. E. R. **Programas de aprendizagem no combate à evasão escolar**: proposta de intervenção em uma escola pública de ensino médio do município de Fortaleza-CE/ Brasil. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão Educacional) -Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018.

SEMIS, L. **CNE**: os desafios e as expectativas para a Educação no Brasil. **Nova Escola**, São Paulo, out. 2018.

SILVA FILHO, R.B.; ARAÚJO, R.M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017.

SILVA, G. O. et al. Políticas públicas no combate a evasão e abandono escolar na educação básica brasileira: uma revisão de literatura. **Revista de Psicologia**, Pernambuco, v. 14, n. 53, p. 1010-1025, 28 dez. 2020.

SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J.O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e Docência**: Periódico Científico Projeção e Docência, Goiás, v. 5, n. 2, p. 6-23, dez. 2014.

SOUZA, A. C. M. **Estudo da evasão escolar nas escolas municipais da cidade de Araranguá**. 2018. 48 f. TCC (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2018.

TORRES, M. C.N. **Direito à educação:** a evasão escolar causada pelo trabalho infantil. 2010. 92 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, FEMPAR, Curitiba, 2010.